
A HISTÓRIA NA LITERATURA, A LITERATURA NA HISTÓRIA:
JOSÉ SARAMAGO, NOBEL PORTUGUÊS

Christopher Rollason



I

CRÓNICA DE UM NOBEL MERECIDO

Na quinta-feira, 8 de Outubro de 1998, José Saramago foi galardoado com o Prémio Nobel da Literatura. O romancista, nascido em 16 de Novembro de 1922 na Azinhaga, freguesia do concelho ribatejano da Golegã, constituiu-se assim como o primeiro escritor na história da literatura de expressão portuguesa a receber um Nobel da Literatura, além de se tornar apenas o segundo lusitano a ser honrado em qualquer dos campos abrangidos pelos vários Prémios Nobel (lembre-se que, em 1949, o Nobel da Medicina coube a Egas Moniz). A Academia sueca, na sua memória oficial, constatou que José Saramago se situara à altura do prémio graças a uma obra que, com as suas 'parábolas sustentadas por imaginação, compaixão e ironia, continuamente nos permite captar uma realidade ilusória' ('Diário de Notícias', 9 Out).

O acontecimento foi acolhido (e será, sem dúvida, aproveitado) em Portugal como consagrando a valorização a nível internacional do país lusitano, da sua língua e cultura - valorização que se impunha há longo tempo, e que muito felizmente também se tem alimentado com o sucesso da Expo 98, para não falar da entrada de Portugal no recinto sagrado dos 'Euro-11'. Sugeriu o 'Diário de Notícias', no seu editorial pós-Nobel, que o país estava a viver sob uma 'boa estrela' (9 Out); e logo, uma semana mais tarde, o prestigioso semanário britânico 'The Economist' anunciou que daqui em diante já não considerará Portugal como um 'mercado emergente', passando, para fins estatísticos, a integrar aquele país europeu na categoria global dos referidos 'Euro-11' (17 Out, p. 134). O Nobel de José Saramago será previsivelmente encarado por muitos como mais uma prova do êxito da procura, por parte de Portugal, do estatuto de nação verdadeiramente europeia, aceite como comensal de respeito à mesa dos 'grandes' - isto é, ainda, da sua redenção dos 48 anos de salazar-caetanismo e do encerramento definitivo do capítulo de distúrbios que já englobou as turbulências da revolução de Abril, a queda do império, a inflação épica dos anos 80 e a crise generalizada da identidade nacional. Não é dito, porém, que a visão dos poderes constituídos sobre a modernidade portuguesa seja forçosamente muito convergente com a do laureado do Nobel.

Na semana que se seguiu ao galardão, multiplicaram-se os encômios, quer a nível nacional, quer internacional. José Saramago recebeu a notícia no aeroporto de Frankfurt, quando estava para embarcar no avião de regresso a Madrid, logo após a sua comparecência na Feira do Livro daquela cidade alemã. O laureado voltou imediatamente à Feira, onde foi acolhido como triunfador. Em Portugal, mal se soube a notícia, tanto o Conselho de Ministros como a Assembleia da República aprovaram votos de saudação. O 'Diário de Notícias' (órgão de imprensa do qual o próprio Saramago já foi director-adjunto, aliás durante o grande tumulto do período revolucionário, entre Abril e Novembro de 1975) publicou uma edição especial, com data de 9 de Outubro, exibindo a assinatura de José Saramago umas prolíficas 63 vezes, na página de capa e em todas as páginas interiores. Na terça-feira, 13 de Outubro, o escritor, em cerimónia oficial, recebeu as chaves da cidade de Lisboa - encontrando-se as ruas da capital, para a ocasião, enfeitadas com cartazes alardeando a imagem fotográfica do galardoado e a legenda 'Parabéns, José Saramago'. Na quarta-feira, 14 de Outubro, foi-lhe prestada uma homenagem pública, com a presença de António Guterres e Jorge Sampaio, em cujo decurso o Presidente da República declarou mesmo a sua intenção de tudo fazer para que o laureado do Nobel pudesse ser dignificado, ainda, com a Ordem de Sant'Iago da Espada, no seu grau máximo de Grande-Colar - ou seja, a mais ilustre condecoração do Estado português, a qual, até então, apenas fora outorgada aos próprios Chefes de Estado em funções ('Público', 15 Out; em 10 de Dezembro, de facto, José Saramago compareceu em Estocolmo, para receber o prémio das mãos do Rei da Suécia, ostentando aquela condecoração - 'El País', 11 Dez).



Difícil será, contudo, esquecer-se a ironia de que, hoje em dia e como é sabido, José Saramago já não reside em território português, tendo escolhido, em 1992, fazer a sua casa em terras de 'nuestros hermanos' ibéricos, concretamente na ilha canária de Lanzarote. Mesmo na esteira do Nobel, o autor já confirmou ao 'Público' (14 Out) que não tem intenções de voltar a viver na pátria lusitana: 'Não encaro, de facto, essa hipótese'. Se à decisão do escritor de fixar a sua residência em Espanha não foi alheia, evidentemente, a nacio-

nalidade da sua esposa, Pilar del Río, com quem partilha a sua vida desde 1988, a razão determinante bem pareceria ser o conflito que o opôs, em 1992, ao governo de direita então em funções. Num episódio que ficou célebre como sendo a versão 'à portuguesa' do ainda mais célebre 'caso de Salman Rushdie', a nomeação do romance de José Saramago, 'O Evangelho segundo Jesus Cristo', em representação do Portugal moderno e europeu de hoje para o próprio 'Prémio Europa', galardão literário patrocinado pelo Parlamento Europeu, teve o triste destino de encalhar contra o recife da férrea e aguerrida oposição de António Sousa Lara, homem político do PSD que então detinha a pasta de Subsecretário de Estado da Cultura na administração de Cavaco Silva. Sousa Lara justificou o seu veto na medida em que aquele romance não passava de uma ofensa flagrante e patente aos sentimentos religiosos do povo português: 'ataca princípios que têm a ver com o património religioso dos cristãos e, longe de unir os portugueses, desunia-os naquilo que é o seu património espiritual'. A reacção de José Saramago foi duríssima: 'É o regresso à Inquisição' (ambos citados em 'Público', 9 Out). Seis anos mais tarde, no entanto, foi a Academia sueca quem, na sua memória oficial consagrada ao laureado, achou judicioso e correcto elogiar o mesmo romance por 'encerrar, na sua franqueza, reflexões merecedoras de atenção sobre grandes questões' (ibid.). A despeito disto, Sousa Lara manteve as suas posições: 'Aquilo que fiz, fiz convicto de que estava a fazer o que devia. Fã-lo-ia na mesma, se na altura soubesse que o senhor José Saramago iria receber o Prémio Nobel' (ibid.). O romancista, por seu lado, mostrou igual firmeza, frisando até, nas suas declarações ao 'Público' (10 Out): 'Pensei que naquele caso concreto e pontual o governo se portava como nos tempos do fascismo e surgiu a possibilidade de ir viver para outro lugar'.

Na sequência desse conflito, qualquer desejo por parte de José Saramago de continuar a viver na terra de Camões parece ter-se esvaecido rapidamente. Pelos vistos, tal desejo também não foi reanimado pela mais recente renascença política da esquerda lusitana (o seu abandono de Portugal precedeu, de facto, os respectivos triunfos eleitorais de António Guterres e Jorge Sampaio). A bem conhecida militância do autor no Partido Comunista Português já vem de longa data (foi em 1969 que ele se juntou às fileiras). Em 1989, José Saramago foi, brevemente, Presidente da

Assembleia Municipal de Lisboa, e o seu nome também já figurou nas listas do PCP para o Parlamento Europeu, mesmo se, quando surgiu a oportunidade de entrar na câmara de Estrasburgo, na sequência da renúncia de um colega, o escritor preferiu não preencher a vaga. O romancista, porém, nem sempre tem acatado a linha partidária em todos os seus pormenores (o jornalista Torcato Sepúlveda - 'Público', 9 Out - qualifica-o de 'comunista heterodoxo'), mas é de salientar que hoje em dia a sua fé política permanece tão firme e inquebrantável como antes, mesmo neste universo pós-soviético e, no dizer de alguns, pós-ideológico em que vivemos. José Saramago resumiu o seu credo político, para 'Público' (10 Out), nestes termos eloquentes: 'Os erros do comunismo foram muitos, e também os crimes... eu sou herdeiro de todos esses erros, não tenho outro remédio, mas mesmo assim penso que um dia se vai poder viver de forma diferente no Mundo, pelo que continuarei a pensar o que penso'. Em 14 de Outubro, o novo Nobel falou, na Praça do Comércio, para um comício da CGTP-IN, e no quartel-general lisboeta do PCP foi acolhido por inúmeros camaradas, 'cravos na mão, muitos, olhos lacrimejantes, outros, orgulhosos, todos' ('Público', 15 Out). Quatro dias mais tarde, nos



arredores do Porto, o laureado partilhou o palco com ninguém menos que Fidel Castro - encontrando-se o dirigente cubano em Portugal para a cimeira ibero-americana - e ali 'expressiu o seu apoio à revolução cubana' ('El País', 19 Out).

A fé comunista de José Saramago tem os seus alicerces nas origens humildes do autor. Nasceu numa casa de aldeia sem janelas, sendo a mãe analfabeta. Depois de se ter mudado a família para Lisboa, o pai arranhou emprego na PSP; não obstante, o filho só pôde completar dois anos do curso liceal, devendo logo, por prementes razões económicas, abandonar o sistema educativo. Passou, como aprendiz, por uma série de ofícios diversos. Um dia, caiu-lhe nas mãos (adquirido - e se aqui nos lembrássemos de Fernando Pessoa? - numa tabacaria lisboeta) o seu primeiro livro - um policial - e já aos 18 anos começara a passar as suas noites numa biblioteca da capital, embarcado nessa longa viagem de autodidactismo que lhe havia de fazer as vezes de Faculdade universitária.



A notícia foi recebida em Portugal com quase universal júbilo. António Guterres afirmou que o galardão era 'um testemunho do reconhecimento internacional do papel que Portugal tem na construção do mundo moderno - um papel em que a literatura portuguesa sempre se afirmou, com uma enorme pujança'. Jorge Sampaio, por sua parte, honrou em José Saramago '[a] sua capacidade de intervenção e de testemunho, da qual sempre deu provas ao longo da vida - tenha-se ou não concordado com ele em vários momentos'. O seu antecessor na Presidência da República, Mário Soares, saudou a escolha da Academia sueca como 'um acto de justiça, porque a nossa literatura tem uma grande qualidade'. Sempre nas bancadas socialistas, Manuel Alegre, o poeta da 'Trova do Vento que Passa' e outros hinos de Abril, viu no Nobel do autor comunista 'um acto de justiça em relação à nossa literatura' (todos citados em 'Público', 9 Out). A estes louvores por parte dos maiores vultos do Partido Socialista, juntaram-se, mais à esquerda, as reacções propriamente eufóricas nas fileiras do PCP. Álvaro Cunhal exaltou o seu companheiro de luta como um escritor 'muito original [que] não me parece fácil de imitar', salientando ainda, na obra premiada, aqueles elementos que constituem 'uma reflexão muito

interessante relativa à história portuguesa', enquanto não deixava de referir o muito controverso 'Evangelho segundo Jesus Cristo', descortinando o significado daquele romance nestes termos: 'Não há ali uma mensagem antirreligiosa, mas de compreensão humana' (ibid.). Em 14 de Outubro, na homenagem ao laureado organizada pelo PCP, foi Carlos Carvalhas quem declarou: 'Este Prémio honra Portugal, a literatura de expressão portuguesa, mas também honra os comunistas portugueses' ('Público', 15 Out). A única voz discordante que se ouviu em todo o universo da esquerda parece ter sido a de Maria Teresa Horta, autora de 'Mulheres de Abril' e militante feminista: 'Estou contente pela literatura portuguesa, mas tenho muita pena que se continue a esquecer as mulheres. Existem mulheres portuguesas com melhores obras' ('Público', 9 Out - mesmo se, para quem quiser ler, o historial, até recente, do Nobel revela que o prémio foi atribuído a personalidades de sexo feminino em 1991, 1993 e ainda em 1996).

À direita, as reacções foram, naturalmente, mais matizadas, variando o tom do cortesmente apreciativo até ao visivelmente antagónico. Do



lado do PSD, opinou Marcelo Rebelo de Sousa que o galardão resultara ‘muito prestigiante para Portugal’, saudando a ‘produção literária riquíssima’ do premiado. Os dirigentes do PP reagiram com maior frieza, afirmando Manuel Monteiro que, ‘como português, sempre fico satisfeito quando um compatriota é galardoado ao mais alto nível’, mas que ‘ficar contente não é propriamente apreciar Saramago’ (ambos citados em ‘Público’, 9 Out). No momento preciso do voto de saudação na Assembleia da República, houve quatro deputados, todos do PP (entre os quais o próprio Monteiro e o antigo presidente da edilidade lisboeta, Krus Abecasis), até então presentes, que muito ostensivamente privaram o hemicycle da honra da sua assistência (‘Diário de Notícias’, 9 Out). Tão-pouco faltou a opinião da Casa de Bragança, declarando o próprio Dom Duarte Pio que Saramago, para ele, não passava de ‘um autor de leitura difícil e muito pesada, que insulta abertamente os sentimentos cristãos’ (‘Público’, 9 Out).



Pelos quatro cantos do universo de expressão portuguesa, a notícia foi recebida com um entusiasmo igual ao que se verificou em Lisboa. No Brasil, Jorge Amado, ele mesmo muitas vezes já apontado como candidato ao Nobel, declarou que ‘ao reconhecer a literatura portuguesa ... o Prémio Nobel finalmente fez justiça’, enquanto o campeão das vendas, Paulo Coelho, afirmou que José Saramago ‘representa uma tradição de bons livros e uma consistente forma de pensar’. Um grupo de escritores e intelectuais angolanos endereçou uma carta colectiva ao recém-galardoado, elogiando-o como ‘um homem coerente, solidário com os que precisam de apoio, defensor intransigente das suas ideias’, e assinalando a sua simpatia constante com a luta do povo angolano; até aventaram a hipótese, ousada ou não, de que ‘um cazumbi [espírito amigável] deve ter passado pela cabeça do júri’ em Estocolmo (‘Público’, 11 Out).



No outro lado da fronteira ibérica, ‘El País’, máximo órgão de imprensa do país de Cervantes, não poupou os louvores, dedicando ao laureado

uma fotografia de primeira página, um editorial, e seis páginas interiores, regozijando-se pela consagração de um ‘autor crítico e utópico’, frisando ainda com orgulho, num gesto de solidariedade pan-ibérica, que a Espanha é ‘um país vinculado ao autor’ (9 Out). Em França, ‘Libération’ salientou, na obra do romancista português, ‘a sua passagem em revista, contundente, da história portuguesa’, para além da sua ‘ironia na linha de Voltaire’ (11 Out). A proeza de José Saramago também granjeou louvores em Itália, tendo-o saudado tanto Dario Fo, o Nobel de 1997 (‘El País’, 9 Out), como Umberto Eco, qualificando-o este último como ‘um grande português, um grande europeu e um talentoso escritor de quem há ainda muito a esperar’ (‘Público’, 11 Out). Apreciações semelhantes foram emitidas por vários escritores da América Latina hispânica (Carlos Fuentes e Mario Benedetti - ‘El País’, 9 Out; Mario Vargas Llosa - ‘Diário de Notícias’, 9 Out).

Na Alemanha, ‘Der Spiegel’ declarou: ‘As suas parábolas criticam o espírito da época, sendo barrocas e cheias de imagens na sua construção’, publicando uma entrevista com o romancista, à qual não faltou o título provocador, ‘Sim, sou comunista’ (12 Out). Na Grã-Bretanha, um portavoz de Harvill, uma das empresas editoras de José Saramago naquele país, explicou ao ‘Guardian’: ‘Trata-se de um escritor muito português, empenhado na tarefa de estabelecer a identidade de Portugal como uma peça integrante da cultura clássica europeia’, enquanto um responsável de Carcanet, outra empresa que o tem publicado, exaltou José Saramago como sendo ‘o maior romancista ibérico deste século’ (9 Out). Nos Estados Unidos, o ‘Washington Post’ colocou o escritor português, ao lado de tantos latino-americanos, na escola literária do ‘realismo mágico’, citando ainda a reacção, altamente favorável, de Harold Bloom, catedrático de literatura da Universidade de Yale e, segundo o mesmo jornal, ‘o maior homem de letras dos Estados Unidos dos nossos dias’ (9 Out). Já anteriormente, no seu polémico estudo de 1994, ‘The Western Canon’ (‘O Cânone Ocidental’), Harold Bloom se havia revelado como um paladino da literatura portuguesa, tendo reservando um lugar para Fernando Pessoa entre as figuras-chave da tradição ocidental, ao lado de Shakespeare, Dante, Goethe e companhia, além de incluir ‘Memorial do Convento’ (sob o seu título inglês de ‘Baltasar e Blimunda’) na lista de leituras recomendadas anexa à mesma obra (‘The Western

Canon', London: Macmillan, 1995, pp. 485-492, 550). Desta vez pronunciou-se nos termos seguintes: 'Entre os prêmios Nobel dos últimos quinze anos, poucos houve que mereceram tal galardão. Mas José Saramago merece-o realmente. Como Borges, que, creio, teve um certo impacto nele, como Kafka, o qual, evidentemente, o influenciou, como Beckett em certa medida, Saramago é um escritor de fantasmagorias - daquilo que, em tempos passados, se teria chamado fábula, mais que romance. No meio da mais extravagante fantasia, ele sabe manter o sentido - seco, meticuloso - do detalhe, do pormenor' ('Washington Post', loc. cit.). Mais tarde, ainda no mundo de expressão inglesa, o 'Economist' resolveu homenagear José Saramago na sua edição de 14 de Novembro, elogiando uma obra que, 'mais do que a da maior parte dos autores ibéricos actuais, empurra para a frente', graças à maneira como logra conciliar 'experimentalismo formal' e 'realismo extensivo e bem documentado', homenagem que foi ecoada em 21 de Novembro na longínqua Austrália, onde o 'Courier-Mail' afirmou que o escritor português 'merece perfeitamente o seu lugar na mesa dos grandes, ao pé de Flaubert, Kafka e Dostoievski'.

Se deixarmos de lado alguns comentários hostis da parte doutro Nobel da Literatura, o poeta polaco Czeslaw Milosz ('El País', 9 Out), a única reacção negativa de grande ressonância e envergadura foi a do Vaticano. 'L'Osservatore Romano', pouco disposto, pelos vistos, a entregar a César o que a César pertence, afirmou redondamente que o Nobel de Saramago não passava de 'uma escolha política', na medida em que se tratava de 'um comunista inveterado' (em italiano, 'veterocomunista'), condenando ainda, não só, como era de esperar, 'O Evangelho segundo Jesus Cristo', mas também 'Memorial do Convento', sendo este último romance, para a Santa Sé, outra instância da 'veia anti-clerical do escritor' - isto sem dúvida devido à sua áspera representação da Inquisição e dos autos-de-fé! ('L'Osservatore Romano', 8 Out, citado em 'Público', 10 Out; veja também 'Público', 22 Out). Replicou o romancista, falando a 'Público': 'Acho a atitude do Vaticano a mais lógica, não seria aliás normal que tivesse outra, o seu fundamentalismo não ocorre pela

primeira vez, ainda recordo o que se passou o ano passado com o Dario Fo', concluindo: 'O Vaticano deve meter-se naquilo que lhe compete, salvar as almas que possa, mas a Igreja tem uma capacidade especial para insultar' ('Público', 10 Out).

Menos hostilidade mostrou, porém, a Igreja portuguesa. O bispo de Bragança, D. António Rafael, declarou: 'Nunca li qualquer livro de Saramago, mas fiquei chocado com a forma como tratou a religião católica em « O Evangelho segundo Jesus Cristo »' ('Público', 9 Out; como no caso de Salman Rushdie, é de salientar aqui que os defensores da fé nem sempre parecem julgar necessário, ou mesmo útil, ler os livros por eles condenados!). Por outro lado, o bispo resignatário de Setúbal, D. Manuel Martins, confessou à Radio Renascença estar 'extraordinariamente feliz com a atribuição dum Prémio Nobel a um compatriota', muito embora ficasse ainda mais contente se José Saramago, 'que escreve lindamente, se deixasse iluminar por ideais cristãos'. Ainda mais longe foi D. Januário Torgal Ferreira, secretário da Conferência Episcopal Portuguesa, que criticou as posições da Santa Sé, qualificando-as de 'demasiado redutoras' e recordando: 'Já não estamos nos tempos do Índex' ('Público', 10 Out). O próprio José Saramago, segundo 'El País', se definiria como ateu, mas não deixa de estar consciente do peso que a religião já teve, e ainda tem, na história humana: 'na sua visão, tem sido, em boa parte, a religião o que tem condicionado as nossas vidas e as nossas consciências' (9 Out).

A euforia oficial parece ter sido redobrada nas fileiras do povo português. José Saramago, escritor e comunista, é também um homem desse mesmo povo, sendo a sua obra literária verdadeira e genuinamente popular - isto é, vendida e lida - na sua pátria lusitana. Tal fenómeno nem sempre acontece com os laureados do Nobel, se bem que determinados galardoados - um Pablo Neruda, um Gabriel García Márquez - certamente se perfilam como detentores do favor do povo, e não só o dos intelectuais. A popularidade de José Saramago data de 1980 (de uma época em que ele já quase tinha sessenta anos): a partir de 'Levantado do Chão', os seus romances têm estado sempre presentes nas listas dos mais vendidos. Segundo a Editorial Caminho, desde 1979 as vendas dos

livros do autor ascendem a 1 108 900 exemplares - ou seja, aproximadamente um para cada dez portugueses. O mais vendido é 'Memorial do Convento' (281 000 exemplares), seguido de 'O Evangelho segundo Jesus Cristo' (181 000). No estrangeiro, 'Memorial do Convento' já foi traduzido para 22 línguas, e 'Levantado do Chão' para 20; as palavras lusitanas de José Saramago lêem-se em romeno, polaco, turco e japonês ('Diário de Notícias', 9 Out).

Sempre tem cabido na missão do escritor José Saramago a tarefa de recriar - mesmo que não pelos métodos da antiga ortodoxia neo-realista - a história submersa da gente comum: como explicou em 1997, falando ao crítico literário e docente da Academia conimbricense Carlos Reis, 'a este mundo vêm milhões de pessoas e a história não deixa rasto da sua passagem' (citado em 'Público', 9 Out). Este escritor do povo já foi premiado, de facto, pela atenção e lealdade que lhe tem manifestado esse mesmo povo.



Há mais de uma década, o mesmo Carlos Reis (hoje em dia director da Biblioteca Nacional de Portugal), explicara, numa contribuição a um simpósio sobre o décimo aniversário do 25 de Abril, como a obra de José Saramago se constitui como meio de 'repensar esses eventos, figuras e lugares [da história portuguesa] à luz de uma nova realidade histórica', assim lançando uma ponte entre o património cultural lusitano e as mudanças dramáticas da época mais recente (Carlos Reis, 'Memorial do Convento' ou a emergência da História', Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra), No 18/19/20, Fevereiro 1984, pp. 91-103; p. 93). Saliente-se, de facto, a circunstância de José Saramago ser lido em Portugal como um grande reinterpretaor, de cariz radical e reivindicativo, da história da nação - mas da história concebida como devir: um fluxo contínuo que alimenta o presente, um processo em evolução permanente e dinâmica.



A euforia nacional não significa que também não tenham cabimento certas advertências sa-

lutares. Para citarmos mais uma vez Carlos Reis: 'O prémio é também dos que têm estudado José Saramago, não das pessoas e instituições que se aproveitam agora dum escritor que antes consideravam subversivo ... não faltarão, agora, vozes generosas a celebrá-lo, sem nunca terem lido uma linha de Saramago' ('Público', 11 Out). Na Maфра de 'Memorial do Convento', a escola secundária local passará, daqui em diante, a chamar-se 'Escola Secundária José Saramago' - gesto que, contudo, nunca teria vingado sem o 'deus ex machina' do Nobel, sabendo-se que a autarquia local, controlada pela direita, durante vários anos recusara a proposta de uma medalha de mérito ser oferecida pela vila de Maфра a quem a imortalizou por este mundo fora ('Público', 13 Out). Entretanto, a Azinhaga, terra natal do romancista, já há algum tempo se pode ufanar de ter uma 'Rua José Saramago', mas o que lhe falta ainda é uma biblioteca pública, sendo os únicos livros na posse da Junta de Freguesia daquela localidade ribatejana 14 volumes das obras do recém-premiado, oferecidos, por sinal, pelo próprio escritor para formarem o núcleo da referida biblioteca ('Diário de Notícias', 9 Out). Dir-nos-á o futuro se as pessoas que agora prodigalizam os seus louvores, nesta feliz ocasião do primeiro Nobel da literatura portuguesa, decretarão poste-



riormente qualquer medida cultural de natureza concreta para melhorar a sorte das camadas menos favorecidas, aqueles que o próprio laureado nunca tem deixado de defender.

Em 14 de Outubro, José Saramago exprimiu-se ao 'Público' nos termos seguintes: 'Se o que tenho vindo a fazer até agora tem tido alguma utilidade para alguém, como voz, como crítica, como análise das circunstâncias, dos factos, da vida política, da vida social, da situação em que o mundo está, então assim continuará a ser'. Decorre claramente destas palavras que, para o romancista, a literatura é uma forma de intervir na sociedade, uma expressão do espírito crítico e questionador, um desafio lançado a essa 'situação em que o mundo está'. O tal estado do mundo, de contornos neoliberais e americanizados, não é, manifestamente, do agrado do escritor, o qual, nesse mesmo dia, no Terreiro do Paço e perante o comício da CGTP-IN, deixou bem clara a sua posição: 'Deixemo-nos de eufemismos e chamemos capitalismo autoritário ao neoliberalismo' ('Público', 15 Out). Acrescente-se que, dois meses mais tarde, em Estocolmo, José Saramago soube aproveitar a própria cerimónia da entrega do Nobel para se lançar contra as multinacionais: 'Alguém não está a cumprir com o seu dever. Não estão a cumprir os governos ... porque não lho permitem aqueles que efectivamente governam o mundo: as multinacionais, ou plurinacionais, cujo poder, absolutamente não-democrático, já reduziu a quase nada o que ainda permanecia do ideal da democracia' ('El País', 11 Dez).

II 'MEMORIAL DO CONVENTO'

O momento do Nobel é também, evidentemente, uma ocasião para redescobrir algumas das obras do autor consagrado. Neste contexto, pode ser interessante agora debruçarmo-nos sobre alguns aspectos de dois dos romances mais importantes de José Saramago: 'Memorial do Convento' e 'O Ano da Morte de Ricardo Reis'.

'Memorial do Convento' (1982; 'Obras', III, pp. 3-344) é uma narrativa excepcional que empurra o género do romance histórico para dentro do universo mágico-realista da última parte do século XX. José Saramago reconstituiu a construção do convento de Mafra ('o mais prodigioso dos

monumentos que em Portugal se levantaram' - p. 337), na época de D. João V, recriando o Portugal do século XVIII, tanto do ponto de vista do Poder como do da gente popular, e até dissidente. Na melhor tradição do romance histórico, aquela que o grande escocês Walter Scott iniciou no seu 'Waverley', as personagens verídicas da História, entre as quais a família real e 'o senhor Escarlata', isto é, o celeberrimo músico italiano, Domenico Scarlatti, entrecruzam-se com seres fictícios ideados pelo próprio autor; a narrativa, no entanto, nem sempre acata as convenções do realismo clássico. Num clima geral de conformismo em todas as camadas da sociedade, destacam-se três figuras que são marcadas por uma irrevogável diferença: um intelectual e dois rebentões do povo. São estes: o padre Bartolomeu Lourenço, 'a quem chamam o Voador' ('Memorial do Convento', p. 56) - personalidade autêntica da História, licenciado da Faculdade de Cânones de Coimbra e inventor da 'passarola', estranha máquina voadora - 'um pássaro de ferro e vimes entrançados' (p. 340) - a qual lhe há-de atrair, finalmente, a ira da Inquisição; Blimunda, uma jovem mulher do povo, analfabeta mas dotada do poder mágico de



ler no coração e na vontade da gente; e o seu companheiro Baltasar, soldado desmobilizado, grisalho e maneta, mas, para Blimunda, 'o homem ... mais formoso do mundo' (p. 326). O padre Bartolomeu Lourenço casa os amantes, conferindo a Blimunda o cognome de 'Sete-Luas' para corresponder ao apelido de Baltasar, 'Sete-Sóis', assim os confirmando numa união quase pagã; posteriormente, os dois passam a ser, de facto, os assistentes do padre, eles também conspiradores no seu projecto extravagante. Os profundos laços psicológicos que unem os três assentam no traço comum da diferença. A família de Baltasar são pessoas passivas e resignadas, para quem tudo o que sai do vulgar tem o sabor inquietante do esquisito, do desconhecido e alheio: 'Nunca lhes deu o capricho de experimentar a novidade, são espíritos quietos e carnes desambiciosas' (p. 320). Assim a relação de parceiros que se cria entre este casal do povo e o homem da sotaina se constitui como um verdadeiro escândalo ontológico: 'Blimunda fora abrir a porta sem que alguém a ela batesse, e agora estava ali um padre novo que perguntava por Baltasar, não é assim que costumam passar-se as visitas deste tempo, mas há excepções, como em todos os tempos sempre se disse, vir um padre de Lisboa a Maфра para falar a um soldado manco, e a uma mulher que é visionária da pior maneira, porque vê o que existe' (pp. 114-115).

Não obstante, a lógica da narrativa demonstra que, na dura realidade e no quadro de um ambiente social tão universalmente opressor, mesmo se, como é certo, 'há excepções', os seres excepcionais em questão terão, no fim de contas, a maior dificuldade em sobreviver. A máquina voadora simboliza a revolta do intelecto, podendo até lembrar a história de Galileo ('*éppure si muove*' - e voa, é verdade que voa!), mas o seu inventor endoidece por medo do Santo Ofício, desaparecendo logo para nunca mais ser visto; e quando, por acidente, Baltasar descola no mesmo aparelho, o voo apenas serve para o entregar nas próprias mãos da Inquisição. Também é de salientar a ironia pela qual a aproximação dos dois amantes é efectuada, indirectamente, pelas mesmas forças autoritárias da sociedade às quais, mais tarde, eles se opõem: os seus olhares encontram-se, pela primeira vez, quando os dois estão a presenciar um auto-de-fé em Lisboa - auto-de-fé no qual, aliás, à própria mãe de Blimunda é decretado o degredo em Angola, por bruxarias. No fim da narrativa, Blimunda, que, tendo perdido o

seu homem inexplicavelmente, errara nove anos por todo Portugal, sempre à sua procura e sempre em vão, reencontra-o finalmente, num segundo auto-de-fé - mas desta vez, já não como espectador mas como réu, condenado à fogueira. Afinal, a sociedade e a Igreja conseguiram pôr termo à relação deste casal 'diferente'; Blimunda, porém, faz tudo por reagir, usando toda a força dos seus poderes mágicos para liberar, pelo menos, a alma do companheiro: 'Então Blimunda disse, Vem. Desprende-se a vontade de Baltasar Sete-Sóis, mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia e a Blimunda' (p. 344). É esta mulher analfabeta quem fica como a grande sobrevivente e a mais sábia de todos, sendo apenas ela capaz de conservar a sua energia sem ser destruída. Ao longo deste romance, através de uma escrita densa e intrincada, José Saramago desvenda-nos o potencial escondido da gente do povo, a criatividade que está sempre latente sob a morna superfície do quotidiano. Os seus protagonistas são simultaneamente ordinários e extraordinários - gente de todos os dias, porém heróica, visionários mas sempre ligados à terra; a sua trajetória falamos, com grande eloquência, tanto das possibilidades reais, existentes em qualquer época, de contestação do Poder, como dos condicionais históricos que podem limitar e travar essa mesma contestação.

III

'O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS'

No romance que escreveu logo após 'Memorial do Convento', 'O Ano da Morte de Ricardo Reis' (1984; 'Obras', III, pp. 345-745), José Saramago desvenda um período da história portuguesa bem mais recente, concretamente a década de 1930, isto é, a época da consolidação e do endurecimento ideológico do Estado Novo. Contra um fundo de obscurantismo nacionalista em Portugal, guerra civil na vizinha Espanha, e fascismo beligerante na Europa, este romance visa reconstruir a identidade imaginária de Ricardo Reis, heterónimo de Fernando Pessoa. Partindo das indicações 'biográficas' fornecidas pelo próprio Pessoa (sabe-se que Ricardo Reis é médico e que viveu muitos anos no Brasil), José Saramago imagina o cenário seguinte, correspondente aos últimos nove meses da vida

da personagem: o 'senhor doutor Reis' regressa a Portugal em Dezembro de 1935, encontra alojamento em Lisboa, no Hotel Bragança e, mais tarde, num apartamento do Alto de Santa Catarina, embrulha-se com duas mulheres, Lídia e Marcenda, atura a vigilância da polícia, e empreende uma série de disquisições metafísicas com o espectro do recém-defunto Fernando Pessoa, com o qual, finalmente, se reúne na morte. Aqui como em 'Memorial do Convento', a técnica narrativa utilizada conjuga elementos realistas e não-realistas, mas desta vez acrescentando à mistura uma forte componente intertextual e metatextual: os nomes Marcenda e Lídia derivam das próprias 'Odes de Ricardo Reis' pessoanas, e torna-se patente que toda esta ficção de José Saramago é edificada ao redor da reconstituição de uma personagem fictícia que já foi inventada por outro escritor, sendo esta personagem imaginada em diálogo com o seu criador 'real'.

Poderia, à primeira vista, parecer estranho que José Saramago, comunista empenhado, tenha escolhido centrar a sua leitura de Fernando Pessoa e da sua época na figura de Ricardo Reis, de todos os heterónimos pessoanos o mais alheado do mundo quotidiano das lutas humanas. Pessoa apresenta Reis como um latinista e tradicionalista que terá deixado Portugal para o Brasil, logo após a instauração da República em 1910 ('se expatriou espontaneamente por ser monárquico' - carta a Adolfo Casais Monteiro, 13 Janeiro 1935, em Pessoa, 'Sur les hétéronymes', edição bilingue francês/português, Le Muy, França: Éditions Unes, 1993, p. 60). As 'Odes de Ricardo Reis', das quais nos são oferecidos amplos extractos ao longo do romance, proclamam, dentro das convenções do neopastoralismo, a virtude clássica do não alinhamento emocional, a partir de um pedestal de afastamento olimpiano. Reis lembra-nos a figura de Epicuro, 'sereno e vendo a vida/à distância a que está', e declara: 'Sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo' (Pessoa, 'Odes de Ricardo Reis', Lisboa: Publicações Europa-América, 1988, pp. 103, 104), sendo essa última frase citada, aliás, por José Saramago como uma das epígrafes ao seu romance. Segundo o escritor e crítico David Mourão-Ferreira, 'Ricardo Reis ... sintetiza toda a sabedoria do passado, todo o património moral da tradição humanística' (Fernando Pessoa: 'O Rosto e as máscaras: textos escolhidos', org. Mourão-Ferreira, 2a edição, Lisboa: Edições Ática, 1978 - 'Prefácio', p. 14);

para Antonio Tabucchi, romancista italiano e distinguido expoente dos estudos pessoanos, 'Reis escolhe não escolher ... o ideal de Reis é um tempo imóvel, um mundo imóvel' ('La Nostalgie, l'automobile et l'infini: Lectures de Pessoa', Paris: Seuil, 1998, pp. 32-33). O seu epicurismo neopagão situa-se, evidentemente, a mil léguas do projecto marxista de interpretar o mundo para transformá-lo: haverá, pois, alguma ironia a obrar no texto de José Saramago, cuja finalidade apenas se descortinará quando se acabar a sua leitura.

A escrita de José Saramago neste romance é espessamente intertextual. A presença constante de Fernando Pessoa, juntamente com as evocações repetidas doutro vulto literário, o próprio Luís de Camões, apontam para o desígnio de escrever um texto capaz de se perfilar na linha recta da literatura portuguesa. Tão-pouco esquece o escritor que a literatura lusitana, à semelhança da história de Portugal, não é alheia ao mundo exterior, com as suas movimentações mais vastas. Se as andanças nocturnas de Ricardo Reis no coração de Lisboa recordam as de outro heterónimo pessoano, o Bernardo Soares de 'O Livro do Desassossego' (texto também citado nas epígrafes), não é menos certo que lembram, com as suas meditações sobre a mortalidade, outra série de divagações urbanas: as do Leopold Bloom de James Joyce, personagem que também erra por uma capital portuária e chuvosa na orla da Europa. Outro fantasma presente na prosa de José Saramago é o de um célebre argentino de origem portuguesa, Jorge Luis Borges. Ricardo Reis chega a Lisboa num barco que começou a sua viagem em Buenos Aires (p. 351), e durante a narrativa inteira está a tentar, em vão, terminar a leitura de um livro em língua inglesa - 'The God of the Labyrinth', obra de Herbert Quain, escritor irlandês (p. 363): livro que o nosso viajante encontrou na biblioteca do transatlântico, e que nunca devolveu. São imaginários os dois, livro e escritor; viveram, porém, uma existência prévia nas páginas de Borges, o qual escreveu um factício 'estudo crítico' da obra do referido Quain, no qual não se esqueceu de referir a obra capital deste, 'The God of the Labyrinth' - ('Examen de la obra de Herbert Quain' (1941), in 'Ficciones', Madrid: Alianza, 1971, pp. 81-87). No seu texto, Borges (p. 87) até reivindica o fantasmagórico Quain como um tipo de heterónimo, o 'autor' do seu próprio relato 'Las ruinas circulares' (op. cit., pp. 61-69), no qual um homem descobre que ele mesmo não passa de ser uma mera personagem de um sonho de outrem

(‘compreendeu que ele também era uma aparência, que outro o estava a sonhar’ - p. 69) - assim como Ricardo Reis é, afinal, um ser imaginário sonhado por outro, por Fernando Pessoa. De tudo isto podemos concluir que o romance de José Saramago encontra os seus alicerces numa tradição literária que é simultaneamente clássica e modernista, eminentemente portuguesa e plenamente internacional.

A dimensão intertextual estende-se, aliás, aos próprios escritos de José Saramago, e, além disso, à vida do escritor, encarada ela mesma como texto. O nome ‘Marcenda’ tem certa semelhança com ‘Blimunda’, em termos morfológicos e visto o estatuto pouco usual dos dois, como nos recorda o narrador: ‘este nome de Marcenda não o usam mulheres, são palavras doutro mundo, doutro lugar, femininos mas de raça gerúndia, como Blimunda, por exemplo, que é nome à espera de mulher que o use’ (pp. 684-685). A personagem Marcenda sofre de uma imperfeição física, tendo um braço paralisado que a deixa efectivamente maneta, como Baltasar; e é de Coimbra, cidade onde se formou o padre Bartolomeu Gusmão. Lídia, empregada de hotel que lê apenas com dificuldade e escreve ainda pior, se assemelha,

vivaz e ousada, a Blimunda, filha do povo analfabeta. Há momentos em que o narrador pausa para recordar outros elementos de ‘Memorial do Convento’: o convento de Mafra (p. 401), a ‘passarola’ do Padre Voador (p. 670). Noutra plano, o imaginário Ricardo Reis lê o real ‘Diário de Notícias’, jornal do qual, como sabemos, o muito real José Saramago já foi director-adjunto; a sua leitura da imprensa, aliás, coloca o médico perante o facto de ter havido cheias no concelho ribatejano da Golegã (p. 368), do qual, ainda que o texto tenha esquecido de no-lo lembrar, faz parte, por acaso, certa freguesia chamada Azinhaga...

Outra dimensão fundamental deste romance sobre a criação poética é a forma como, na sua escrita, José Saramago interroga a venerável língua portuguesa, empurrando-a para além dos seus limites consuetudinários. São de destacar as múltiplas ocasiões em que o narrador joga com as convenções que regem as palavras, pausando para reflectir sobre elementos linguísticos como: os sentidos duplos (‘como ele muita outra gente descia ... para assistir à passagem do ano, acaso passará mesmo, sobre as cabeças deles e nossas voará um risco de luz’ - p. 415); a sinonímia (‘teria



de comprar uma tília, um abajur, um globo, um quebra-luz, qualquer destas palavras servirá' - p. 553); a antonímia ('houve fregueses que lhe deram, rusticamente, a vez, e por esta urbanidade pôde Ricardo Reis comer, mais depressa do que esperava' - p. 640); e até os géneros gramaticais ('nas traseiras do prédio há quintais com ... coelheiras e galinheiros, olhando-os reflectiu Ricardo Reis no enigma semântico de ter dado coelho coelheira e galinha galinheiro, cada género transitando para o seu contrário, ou oposto' - p. 552). São inúmeros os registos do português que se reproduzem, que se parodiam neste romance: as fórmulas da cortesia quotidiana ('quando quiser alguma coisa é só dizer' - p. 549; 'quando tornar a precisar da gente, patrão, estamos sempre ali' - p. 551); os lugares comuns da bisbilhotice ('ontem veio cá uma, agora está lá outra ... mudou-se faz amanhã oito dias e já lá entraram duas mulheres ... em toda a semana ele só saía na hora do almoço' - p. 583); as perenes frases batidas do jornalismo ('não faltam por esta cidade lugares onde a festa continue, com luzes ... e animação delirante, como os jornais não se esquecem de dizer' - p. 417); e, num plano já mais sinistro, os clichés político-ideológicos do regime salazarista,

as frases feitas do Império, da Nação, do Destino Lusitano ('império temos, e dos bons, com ele até cobriríamos a Europa e ainda sobraria império' - p. 593; 'somos penhores e fiéis continuadores da grande gesta lusa e daqueles nossos maiores que deram novos mundos ao mundo e dilataram a fé e o império' - p. 727).

O acto de escrever, tal como se manifesta nas vozes diversas que nos dirigem Ricardo Reis, Fernando Pessoa e o narrador, afigura-se-nos, assim, como o produto de gerações de pugna com uma língua secular. Recebem um grande destaque as dimensões linguística e literária do processo criador, ao longo de uma narrativa que nunca abdica da postura de auto-reflexão. Ao mesmo tempo, contudo, desprende-se com toda a claridade das páginas deste livro que a escrita, para José Saramago, é, também e sobretudo, um modo de intervir, no mundo material da luta política. A compasso dos acontecimentos fictícios, acumulam-se as referências à história e à política dos anos 1930: trata-se não só do Estado Novo, mas também de Hitler e Mussolini, e, acima de tudo, da guerra civil espanhola, com o avanço das tropas franquistas a projectar uma sombra crescente sobre a última parte da narrativa. O



gosto pelo espectáculo do qual sempre fez prova o povo português fornece o pretexto para uma série de descrições - panorâmicas, pormenorizadas e algo formalistas - de acontecimentos públicos, no início relativamente inócuos (o 'bodo do Século', a passagem do ano no Rossio, uma representação teatral com a presença de verdadeiros pescadores da Nazaré, o Carnaval), mas logo de traços mais escuros (uma peregrinação, magnificamente vácuca, a Fátima, a simulação de um ataque aéreo, e, finalmente, o afundamento real de três navios rebeldes). O episódio de Fátima recorda os sinistros eventos eclesiásticos de 'Memorial do Convento' - a romaria, como os autos-de-fé do romance anterior, aparece como uma ocasião para negócios e encontros, e um pretexto para a manipulação ideológica; as pevides, os tremoços, as queijadas, os carapaus (pp. 639-40) que se oferecem para matar a fome dos peregrinos parecem ser muito mais substanciais - e até mais autenticamente portugueses - do que os objectos vazios da sua devoção, sobre os quais ... não se revela nada!: 'Não houve milagres. A imagem saiu, deu a volta e recolheu-se, os cegos ficaram cegos, os mudos sem voz, os paralíticos sem movimento' (p. 649). Ao longo da narrativa, o bom povo português é apresentado, apesar de tudo, com uma certa ambivalência: as vítimas da manipulação são também vítimas de si próprias. Na década de 1930 vista por José Saramago, assim como na sua recriação do século XVIII, há quem, como Lídia (ou Blimunda), actue com consciência e iniciativa, e há quem acate passivamente as ordens da sociedade, ou até - como o gerente do Hotel Bragança, ou as boas amas de casa do prédio de Ricardo Reis - obre, pelo menos indirectamente, a favor do autoritarismo político, pela sua mentalidade de reles espionagem e infundável falatório.

Deve ficar evidente que, no quadro histórico deste romance, no qual o fascismo nacional e internacional paira como presença constante num céu cada vez mais escuro, não se trata, da parte do autor José Saramago, de fazer a apologia da postura ideológica de Ricardo Reis, do não alinhamento, do alheamento neoclássico. Igualmente, não se pode tratar da validação acrítica do nacionalismo messiânico do Pessoa ortónimo ('Sou, de facto, um nacionalista místico, um sebastianista racional' - carta a Casais Monteiro, op. cit., p. 50), tal como consagrado em 'Mensagem', a famosa sequência de poemas históricos publicada em 1934 na qual o poeta invoca D. Sebastião e

afirma o destino trágico-marítimo de Portugal, imaginando Afonso de Albuquerque 'de pé, sobre os países conquistados' e aparentando Bartolomeu Dias ao gigante legendário Atlas, portador do globo ('Atlas, mostra alto o mundo no seu ombro') (Pessoa, 'Message: édition bilingue' - francês/português, com prefácio de José Augusto Seabra, Paris: José Corti/Éditions UNESCO, 1988, pp. 78, 92). Longe disso, no romance de José Saramago os nomes de Afonso de Albuquerque e Bartolomeu Dias servem para denominar duas das naus rebeldes que são afundadas pelos militares portugueses, sugerindo, assim, uma revolta impossível e anacrónica.

Em 'O Ano da Morte de Ricardo Reis', o protagonista é significado desde o início como moribundo, pelo próprio título, ao mesmo tempo que o Fernando Pessoa ortónimo faz a sua entrada já reduzido à condição de fantasma. No fim da história, torna-se evidente a esterilidade da posição de afastamento de Ricardo Reis: a sua relação com Lídia desfaz-se, abrindo-se entre eles um abismo irremediável a par das suas divergências cada vez mais graves sobre a guerra civil espanhola (o irmão de Lídia é marinheiro e comunista). A falta de empenho que Ricardo Reis manifesta em relação à Lídia parece confirmar a sua recusa de se empenhar no plano político e humanista, a sua recusa da causa do povo trabalhador. Numa altura em que as tropas do general Franco vão enaltecendo 'o império da cruz e do rosário' (p. 705), Lídia pergunta-se com amargura o que anda a fazer em casa de Ricardo Reis, 'uma criada de servir que tem um irmão revolucionário e se deita com um senhor doutor contrário às revoluções' (p. 706), e resolve nunca mais lá aparecer. Podemos concluir que, para José Saramago, o alheamento, classicista ou até régio, de um Ricardo Reis (não é casual o jogo de palavras latente entre 'Reis' e 'reis') é, no fim de contas, uma condição necessária, mas não suficiente, para a criação da arte significativa, sobretudo numa época de crise. Ao mesmo tempo, o romancista dá uma forma dramática à natureza múltipla e volátil dessa mesma criação artística, na medida em que ele representa Fernando Pessoa, poeta, dialogando com uma parte, autonomizada, de si mesmo; se, para voltarmos a citar David Mourão-Ferreira, os heterónimos pessoanos são 'como personagens de uma peça monumental ... os quais ... se articulam num diálogo ininterrupto' (op. cit., p. 15), torna-se patente que José Saramago, neste seu romance, consegue dar um novo passo em frente, pelo acto de imaginar, em

pormenor, o decorrer desse mesmo diálogo. Ricardo Reis, criado por Fernando Pessoa e recriado por José Saramago, fica como apenas uma das múltiplas vozes do poeta dos heterónimos - artista esse cuja obra, mesmo se as opções políticas que exprime não são exactamente idênticas às do cidadão José Saramago, nunca pode ser reduzida ao mero esteticismo panfletário.

Este romance fica, apesar de tudo, como um monumento à admiração que José Saramago sempre tem manifestado pelo poeta Fernando Pessoa, ao mesmo tempo que nos revela um escritor que se esforça titanicamente para merecer, ele também, o seu lugar no panteão da literatura portuguesa. Podemos notar que Pessoa, na carta de 1935 que já referimos acima, até especulou sobre as suas possibilidades de ganhar o máximo galardão literário ('quando ... me for dado o Prémio Nobel' - carta a Casais Monteiro, op. cit., p. 53), e que, por outro lado, foi José Saramago quem disse à imprensa, logo a seguir ao seu próprio Nobel: 'Fernando Pessoa merecia mil prémios Nobel' ('Público', 10 Out). 'O Ano da Morte de Ricardo Reis', romance que não poderia ter existido sem Fernando Pessoa, até pode ser visto, com um pouco de fantasia, como a obra que, por um caminho indirecto e tortuoso, assegurou, para o poeta fenecido, o seu quinhão no primeiro Nobel que veio, finalmente, iluminar o firmamento das letras portuguesas.

Como comentário final (para já) sobre a vertente intertextual da obra de José Saramago, podemos também observar que os seus escritos já se tornaram presença fértil na produção literária de alguns dos seus contemporâneos mais admirados, à escala internacional. A sua recriação da relação Pessoa-Reis terá, com toda a lógica, constituído um antecedente textual para a obra de Antonio Tabucchi, 'I tre ultimi giorni di Fernando Pessoa: un delirio' (1994), na qual o poeta moribundo recebe, a fio, as visitas de despedida dos seus vários heterónimos, Reis e companhia. No romance de Salman Rushdie, 'O Último Suspiro do Mouro' ('The Moor's Last Sigh', 1995), aparece uma personagem indo-portuguesa luzindo o nome de Blimunda (Londres: Jonathan Cape, 1995, p. 13), e foi o próprio Rushdie quem admitiu: 'Roubei-lhe [a Saramago] a Blimunda' (entrevista com Clara Ferreira Alves, 'Expresso', 4 Nov 1995, secção « revista », p. 96). Também parece haver rastros da leitura de 'Memorial do Convento' no romance de Gabriel García Márquez, 'Del amor y otros demonios' (1994) - outra narração da Inqui-

sição, desta vez nas Américas, na qual é mencionado um livro de Voltaire em versão latina, 'traduzido por um monge de Coimbra' (Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1994, p. 155), referência que lembra, indirectamente, outro eclesiástico conimbricense de cunho heterodoxo, o padre Bartolomeu de Gusmão. Parece, assim, plenamente justificada a afirmação segundo a qual será José Saramago, quem, seguindo no caminho marcado por Fernando Pessoa, mais eficazmente tem enaltecido o perfil internacional das letras portuguesas no nosso século.

IV CONCLUSÕES

Ao leitor é que compete reflectir - de preferência a ler os romances de José Saramago, a (re)descobrir a materialidade das suas palavras - sobre a validade que poderão ter as críticas lançadas pelo autor contra as ortodoxias da sociedade de hoje. Seja como for, é bem certo que este Nobel já serviu, no contexto português e não só, para reafirmar o papel e a importância da literatura no mundo - o valor permanente (tal como eloquentemente o defende Harold Bloom, em 'The Western Canon') da leitura empenhada de textos substanciais e sérios. A festa nacional que surgiu em Portugal logo após o Nobel de José Saramago vale como prova de que o reconhecimento internacional de um escritor ainda pode ser um assunto de grande envergadura - de que a literatura ainda pode importar, até profundamente, ao povo de um país de dimensão modesta, desejoso de reconquistar o lugar que lhe corresponde na arena global.

É bem de esperar que as instituições lusitanas se mostrarão capazes de agir em conformidade com os padrões muito exigentes que têm caracterizado a acção do mais célebre de todos os emigrantes portugueses. É de esperar, ainda, que as palavras de António Guterres (acima citadas), no sentido de que o Nobel de José Saramago é uma consagração 'do papel que Portugal tem na construção do mundo moderno', papel esse 'em que a literatura portuguesa sempre se afirmou', serão devidamente frutíferas e servirão para fomentar um modelo da modernidade que restituirá a esse vocábulo as suas autênticas conotações de dinamismo e sentido crítico.

Em termos gerais, pode levantar-se a hipótese de que o momento de um primeiro Nobel da

Literatura poderá e deverá fornecer a um país uma excelente oportunidade de redefinir o seu conceito de modernidade. Seria o momento de romper com os esquemas empobrecidos do 'mundo moderno' que se baseiam numa noção simplista de « progresso » linear, para abraçar um modelo de modernidade que privilegia o fluxo, a mudança multidimensional e o espírito questionador; de rejeitar qualquer modelo utilitário, tecnicista ou positivista da educação, a favor desse constante pôr em questão do qual a criação literária é paradigmática; de ultrapassar, de uma vez por todas, determinados conceitos de 'formação técnica', orientados para a inserção em profissões específicas, os quais já se tornaram de duvidosa utilidade num mundo em rápida mudança tecnológica; e, sobretudo, de fomentar e encorajar as capacidades críticas, a ampla e generosa imaginação, de que vai precisar quem quiser ser capaz de se apropriar esse mesmo processo de mudança tecnológica para o bem de todos - e para o bem

desse povo, dessa gente cuja dignidade recebe a sua consagração na própria obra de José Saramago.

Trata-se, evidentemente, de uma problemática de natureza internacional. No entanto, o autor deste artigo, que na década de 80 teve (veja biografia anexa) alguma experiência do sistema educativo português e da sua evolução ideológica na altura, julga pelo menos lícito - com o devido respeito e sem querer preconizar qualquer intromissão injustificada na realidade portuguesa - levantar a hipótese de que as considerações anteriormente expostas poderiam ser levadas em conta também no contexto português, nesta conjuntura de regozijo nacional na sequência do Nobel de José Saramago. O futuro saberá dizer se este momento histórico terá contribuído para que o estudo crítico da criação literária e a interrogação da realidade social possam reassumir o seu justo e merecido lugar no esquema educativo, para maior benefício de Portugal, da Europa, e da república universal das Letras.

No caso de os leitores pretenderem entrar numa discussão com o autor deste artigo sobre a temática do mesmo, poderão encetar o diálogo por correio electrónico (endereço e-mail: rollason@francenet.fr)

Sobre o texto:

Este texto é a versão portuguesa (revista, actualizada e alargada) de um artigo que apareceu pela primeira vez, em língua inglesa, na Internet, nos fóruns de discussão (newsgroups) soc.culture.portuguese e rec.arts.books, em três partes (8 e 24 de Outubro e 23 de Dezembro de 1998). Esta versão portuguesa é da responsabilidade do autor, o qual agradece muitíssimo, neste contexto, os conselhos linguísticos do Dr Renato da Costa Correia.

Sobre as fontes utilizadas na preparação do texto:

1. Romances de José Saramago:

Obras de José Saramago (3 volumes), Porto: Lello e Irmão, 1991

2. Artigos de imprensa referentes ao Nobel de José Saramago [todos de 1998]:

Público, 9 Out, pp. 2-9, 10 Out, pp. 2-6, 11 Out, p. 34, 13 Out, p. 28, 14 Out, p. 30, 15 Out, p. 29, 22 Out, p. 30; Diário de Notícias, 9 Out, pp. 2-11; El País (Espanha), 9 Out, pp. 42-48, 19 Out, p. 7, 11 Dez, p. 38; Libération (França), 11 Out, p. 33; Der Spiegel (Alemanha), 12 Out, p. 256; The Guardian (Grã-Bretanha), 9 Out, p. 3; The Economist (Grã-Bretanha), 14 Nov, secção cultural, pp. 14-15; The Washington Post (Estados Unidos), 9 Out (referência via Internet); The Courier-Mail (Austrália), 21 Nov.

Estes artigos são referidos no texto de forma abreviada (p. ex.: 'Público', 9 Out), subentendendo-se que o ano de referência é 1998. As traduções de outras línguas para o português são do autor deste artigo.

3. Bibliografia diversa:

Para todas as outras obras referidas ou citadas, as referências bibliográficas encontrar-se-ão integradas no corpo do texto. As traduções de outras línguas para o português foram efectuadas pelo autor deste artigo, mantendo-se as referências de página originais.

O Doutor Christopher Rollason licenciou-se em Filologia Inglesa na Universidade de Cambridge e obteve o seu doutoramento na Universidade de York (Inglaterra), com uma tese sobre Edgar Allan Poe. De nacionalidade britânica, é actualmente funcionário internacional e reside em França.

Entre 1978 e 1987, foi docente da Faculdade de Letras de Coimbra, no Grupo de Estudos Anglo-Americanos, onde assegurou as cadeiras de Introdução aos Estudos Literários, Literatura Inglesa I e III, Literatura Norte-Americana e Inglês IV. Participou em vários encontros da APEAA (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos), e proferiu várias conferências públicas na Faculdade de Letras de Coimbra. Entre as suas publicações destacam-se: 'Ideologia da Vontade, Sexualidade e Forças Produtivas em Poe e Balzac', Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS) (Coimbra), No. 4/5 (Outubro 1980), pp. 215-242; 'Bob Dylan', RCCS, No. 13 (Fevereiro 1984), pp. 45-75; 'Ainda Acerca de Bob Dylan', Jornal de Notícias, 2 Outubro 1984; 'Nature, Culture and Education in Wordsworth, Byron and Shelley', in Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos: Actas do V Encontro, Braga: Universidade do Minho, 1984, pp. 29-54; 'Ethno-Brigadiers [sobre o grupo português Brigada Victor Jara]', Folk Roots, No 165, Março 1997, pp. 28-29. Publica também regularmente por via electrónica, na Internet, principalmente sobre temas literários e musicais.